



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638249 - MG (2021/0000443-3)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : HUGO FRANCO DE MIRANDA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : HUGO FRANCO DE MIRANDA - MT0149350  
MARCELO QUEIROZ MENDES PEIXOTO - MG169100  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JULIANA MOREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANA MOREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.000099-8/000).

A paciente foi condenada à pena de 1 ano, 7 meses e 18 dias no regime aberto, pela prática do crime de tráfico privilegiado.

O impetrante sustenta que a paciente possui filhos menores de 12 anos de idade, sendo um de 6 meses (lactante), que necessitam dos seus cuidados, e que o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça, razão pela qual faria jus à prisão domiciliar.

Alega que "tentou diligenciar de todos os modos para conseguir a certidão de nascimento das crianças, todavia, quem está com a criança não quis fornecer referido documento".

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO

PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão foi fundamentada. O relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls. 43-44):

[...]

Informa o impetrante que a prisão foi determinada pelo d. Juízo da Vara das Execuções Penais da Comarca de Ipatinga, em razão da Paciente não ter supostamente cumprido as condições impostas na audiência admonitória daquele processo.

(...)

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de locomoção do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Verifica-se, d.m.v., que não estão presentes os pressupostos autorizadores da medida liminar requerida, sendo certo que a concessão de tutela urgente, ainda em sede de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* e, no caso concreto, não se evidencia, estreme de dúvidas, a plausibilidade do direito vindicado, o que desautoriza este Relator Plantonista, de forma prematura, a desconstituir o ato impugnado, que não se mostra, *prima facie*, desarrazoado ou carente de fundamentação, não obstante as razões lançadas pelo impetrante quanto à possibilidade de deferimento do pedido.

Ademais, impende destacar que este Relator Plantonista não desconhece as decisões proferidas pelos Tribunais Superiores acerca da concessão da prisão domiciliar às mulheres, que não praticaram crimes com violência e grave ameaça e possuem filhos menores de 12 (doze) anos, todavia, entendo que a excepcionalidade da medida deve ser analisada a cada caso, em momento oportuno.

É importante ressaltarmos que o *habeas corpus* é um remédio constitucional de tramitação célere, destarte, nada obsta que seja deferido o pedido da paciente, se for o caso, após a análise do mérito, quando, então, haverá maior segurança para julgamento.

Oportuno registrar que não há nos autos comprovação de que a paciente seja mãe lactante de um bebê de 6 meses.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente